

ANA LUCIA LEMES NEGRI

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O ENSINO MÉDIO DA REDE
PÚBLICA : UMA PROPOSTA INOVADORA**

Dissertação apresentada ao Centro
Universitário Salesiano de São Paulo -
UNISAL, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Educação, sob a Orientação do Prof.
Dr. Renato Kraide Soffner.

**UNISAL
Americana
2010**

N321d Negri, Ana Lucia Lemes
Educação financeira para o Ensino Médio da rede pública: uma proposta inovadora / Ana Lucia Lemes Negri. – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2010.
73 f.

Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL – SP.
Orientador: Prof. Dr. Renato Kraide Soffner.
Inclui bibliografia.

1. Educação Financeira. 2. Consumo Consciente.
3. Educação para o Trabalho – Brasil. I. Título.
CDD – 373.224

Catálogo elaborado por Maria Elisa V. Pickler Nicolino.
Bibliotecária do UNISAL – UE – Americana, CMA – CRB-
8/8292.

Ana Lucia Lemes Negri

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA O ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA :
UMA PROPOSTA INOVADORA**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, no Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 03/11/2010, pela comissão julgadora:

Prof. Dr. Renato Kraide Soffner.
UNISAL

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento
UFSCAR

Prof. Dr. Moacir Pereira
UNISAL

Americana
2010

Dedico esta dissertação a Antonio Cesar, meu marido,
e a Antonio Flavio e Andre Filipe, meus filhos,
que acreditaram em meu trabalho
e me apoiaram na busca dos meus ideais.

AGRADECIMENTOS

Em especial ao Prof. Dr. Renato Kraide Soffner, pela orientação e apoio no desenvolvimento desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento, por ofertar seus conhecimentos para o engrandecimento deste meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Moacir Pereira, pelas contribuições e informações oferecidas.

À Prof^a. Ms. Sandra Júlia G. Albergaria, pelo conhecimento e amizade.

Ao Prof. Dr. Marcos Francisco Martins, que esteve sempre em busca de informações que pudessem me ajudar nesta caminhada.

Ao meu marido Antonio Cesar e aos meus filhos Antonio Flávio e André Filipe, que em todas as horas estiveram à disposição para me ouvir e ajudar.

Aos meus pais pelo carinho e dedicação.

**Os donos do capital
incentivarão a classe trabalhadora
a adquirir, cada vez mais,
bens caros, casas e tecnologia,
impulsionando-a cada vez mais
ao caro endividamento,
até que sua dívida se torne insuportável.**

Karl Marx (1867)

RESUMO

Educação Financeira é um processo educativo que, por meio de aplicação de métodos próprios, desenvolve atividades para auxiliar os consumidores a orçar e gerir a sua renda, a poupar e a investir; são informações e formações significativas para que um cidadão exerça uma atividade, trabalho, profissão e lazer, evitando tornarem-se vulneráveis as armadilhas impostas pelo capitalismo. O aluno ao chegar à Escola traz consigo uma história, que qualquer que seja ela, familiar, da região em que vive, ou mesmo àquelas construídas sob a influência da mídia, deverá ser considerada. Por tal razão, cabe ao professor, pelo seu conhecimento adquirido e vivenciado, fazer com que o aluno construa sua autonomia para analisar e argumentar sobre essas armadilhas. As relações existentes entre os jovens em sociedade podem ser consideradas a partir das relações de trabalho e consumo, bem como a Educação para o Consumo lhe servirá como meio para o exercício consciente de sua cidadania. Nesse sentido, esta pesquisa visa associar noções de Economia com conteúdos de Matemática, focando a Matemática Financeira no Ensino Médio das Escolas da Rede Pública de São Paulo, por meio de um curso a ser ministrado em horário extracurricular. A intenção é mostrar possibilidades para melhorar a problemática que reside no cenário financeiro dos adolescentes, que se encontram na faixa etária entre 14 e 18 anos, e que não possuem elementos para compreender e ter uma Educação Financeira. A principal finalidade deste trabalho está em incluir o curso de Educação Financeira no Ensino Médio da Escola Pública e contribuir para que os jovens, que frequentam esta modalidade de ensino, tenham uma formação cidadã – crítica, aprendam a administrar seus conhecimentos para uma vida saudável, contribuam para a melhoria do meio ambiente tornando-se cidadãos conscientes, pois o futuro do país se faz presente na educação que os jovens recebem hoje.

Palavras-chave: Educação Financeira – Consumo Consciente – Educação para o Trabalho – Ensino Médio – Escola Pública

ABSTRACT

Financial Education is an educational process that, by applying their own methods, develop activities to help consumers manage and budget their income, saving and investing, information and trainings are important for citizens to exercise an activity, work, profession and pleasure, avoid becoming vulnerable to traps laid by capitalism. Students arriving to school brings with it a history, that whatever her family, who lives in the region, or even those built under the influence of the media, should be considered. For this reason, the teacher, by his acquired knowledge and experienced, to get the student to build their autonomy to analyze and argue about these pitfalls. Relationships between young people in society can be considered from the relations of work and consumption as well as the Consumer Education will serve as a means for the conscious exercise of their citizenship. Thus, this research aims to involve notions of economics with content of mathematics, focusing on Financial Mathematics in Secondary Education of the Public Schools of São Paulo, through a course to be taught in extracurricular time. The intention is to show possibilities for improving the problem lies in the financial landscape of the teenagers, who are aged between 14 and 18 years, and have no elements to understand and have a Financial Education. The main purpose of this work is in progress include the Financial Education in High School Public School and to help young people who attend this educational system, have a civic education - criticism, learn to manage their knowledge to a healthy life, contribute to improving the environment by becoming aware citizens because the country's future is present in the education that young people receive today.

Key-words: Financial Education – Consumer Awareness – Education for Work – High School – Public School

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cinco Pilares dos Tempos Didáticos.....	53
Quadro 2	Educação Financeira e a Cidadania.....	54
Quadro 3	Educação Financeira e o Trabalho.....	56
Quadro 4	Educação Financeira e Cultura.....	58
Quadro 5	Educação Financeira e Tecnologia.....	59
Quadro 6	Educação Financeira e Comunicação.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BM&F	Bolsa Mercantil & de Futuros
BM&F/ BOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BMSF	Bolsa de Mercadorias de São Paulo
BOVESPA	Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CF	Constituição Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DSR	Descanso Semanal Remunerado
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
IACSEE	<i>International Association for Citizenship Social & Economics Education</i>
INSS	Instituto Nacional Seguridade Social
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PIS	Programa de Integração Social
PNE	Plano Nacional de Educação
SAC	Serviço de Atendimento ao Cliente
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO FINANCEIRA, ALUNOS ADOLESCENTES, RELAÇÃO TRABALHO-CONSUMO-CONHECIMENTO MATEMÁTICO: BREVE EMBASAMENTO TEÓRICO.....	18
1.1. Educação Financeira.....	19
1.2. Alunos Adolescentes.....	23
1.3. Relação Trabalho e Consumo.....	25
1.4. Trabalho, Consumo e Conhecimento Matemático.....	29
CAPÍTULO II – DIFERENTES INICIATIVAS EM PROL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	38
2.1. BM&FBOVESPA S/A (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros).....	39
2.2. Fundação BRADESCO.....	41
2.3. IACSEE (Associação Internacional de Educação para a cidadania e Economia Social)	42
2.4. Site “Educação Financeira”	44
2.5. Colégio Lacordaire.....	45
CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA PÚBLICA: CURSOS.....	47
3.1. Objetivos.....	48
3.2. Público-Alvo – Perfil dos Jovens.....	49
3.3. Proposta Pedagógica.....	50
3.4. Currículo.....	51
3.5. Fundamento dos Tempos Didáticos.....	52
3.6. Organização dos Tempos Didáticos.....	53
3.7. Especificação dos Tempos Didáticos.....	54
3.8. Interação Aluno e Comunidade.....	61
3.9. A Diversidade Dialógica entre Faixas Etárias	61
3.10. Dispor Pedagógico.....	62

3.11. Gestão do Curso.....	64
3.12. Parcerias para Fomentos.....	65
3.13. O Significado de Alunos com Necessidades Especiais no Curso.....	65
3.14. Sistema de Avaliação.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71

INTRODUÇÃO

Educação Financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes.

No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros e das mudanças demográficas, econômicas e políticas.

Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
(OCDE , 2004, p.223)

Versar sobre finanças talvez careça de linguagem técnica e conceitos econômicos e, nesse sentido, cabe aqui esclarecer ao leitor o repúdio por palavras rebuscadas e a preferência por uma linguagem de fácil compreensão para tratamento de tais conceitos.

Esta pesquisa se caracteriza pela simplicidade, pois, os conhecimentos financeiros e econômicos são tratados por especialistas os quais criam abismos entre a linguagem simplificada e a linguagem técnica. É justamente esta linguagem técnica que afasta a sociedade mais simples, do direito de aprender a lidar com seus proventos.

Ser cidadão significa sentir a necessidade de participar socialmente e politicamente de uma comunidade, vivenciando uma cultura, exercendo direitos e deveres, posicionando-se de maneira crítica, responsável e construtiva em diferentes situações, tornando-se um agente transformador, utilizando-se de diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para poder construir conhecimentos e questionar a realidade.

Esta pesquisa teve origem numa problemática instalada no cenário financeiro dos adolescentes que se encontram na faixa etária compreendida entre os 14 e os 18 anos, estudantes da Escola Estadual Professor Cyro de Barros Rezende, a maioria residente na cidade de Campinas, interior do Estado de São Paulo.

Os adolescentes são alvos fáceis para as armadilhas impostas pelo mercado capitalista, pois, conforme aborda Stephani (2005) a propaganda na mídia, recheada de argumentação altamente elaborada, dita a forma como os cidadãos devem viver, consumir e trabalhar.

Tais jovens são trabalhadores, recebem salários e, muitas vezes, não conseguem equilibrar o desejo de consumir com o produto de seu trabalho. Sofrem por não terem uma Educação Financeira. Muitos trabalham para auxiliar a família e outros para comprar roupas, tênis, produtos eletrônicos, diversão, etc.

Nas culturas ocidentais, os adolescentes necessitam inserir-se em grupos e serem aceitos pela sociedade por seus desejos em comum, por pactuarem dos mesmos signos e refletirem os mesmos significados. Para isso, precisam usar vestimentas da moda, calçar tênis de marca, usar celulares com vários aplicativos, aparelhos portáteis para música, entre outros. Se não estiverem vestidos de acordo e com acessórios de uso do grupo ao qual escolheram pertencer, não são aceitos. Comumente, tais adolescentes, para agradar as regras dos grupos, caem em situações financeiras graves prejudicando suas famílias economicamente.

Este jovem precisa estar preparado para as responsabilidades e dificuldades de administrar o seu salário; ter uma visão crítica dos círculos de amizade; criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro e às relações sociais. Para Sthepani (2005) é necessário aprender a refletir, ponderar, consultar, dialogar e tomar decisões só após ter constatado que nada possa lhe prejudicar. Aqui cabe a escola.

Com base nessa justificativa, este estudo tem como objetivo propor o desenvolvimento de um curso de Educação Financeira a ser aplicado em sala de aula, para discentes do Ensino Médio, em horário extracurricular. Tal proposta intenta abarcar o cenário das Escolas Públicas do Estado de São Paulo.

A educação financeira não pode ser privilegio só dos adultos e deve ser estendida também aos adolescentes, que serão os cidadãos de um futuro bem próximo. É na adolescência que encontramos o cenário ideal para novos conhecimentos em relação à construção financeira e econômica de um adulto, que é confirmado por Sthepani (2005, p.12).

Cada indivíduo participante do processo de formação do ser humano tem uma parte de responsabilidade nesse processo de mudança pela qual a educação passa. E a Educação Financeira vem ser um elo entre várias áreas do conhecimento, no sentido de fazer com que trabalhem juntas e formem na epistemologia do aluno conceitos capazes de instrumentalizá-lo para a construção de sua autonomia.

Segundo o referido autor, a construção da autonomia é um aprendizado constante que não termina na fase escolar, mas sim acompanha o estudante por toda a sua existência.

A relevância de uma proposta de desenvolvimento de um curso de educação financeira para os alunos de escola pública se faz pela constatação via mídia e estudos sobre a necessidade de promover uma educação financeira para a população, prevendo a redução e controle de níveis de endividamento e inadimplência alarmantes na sociedade.

O curso de educação financeira pode fazer isso pelo estudante, com a intenção de que este melhore o uso do seu salário, por meio de qualificação, planejamento de gastos, aplicação financeira de “suas sobras” e, principalmente, pela demonstração das armadilhas existentes na utilização do crédito, sempre pensando numa compra consciente e sabendo diferenciar necessidade de desejo.

As políticas educacionais para o Ensino Médio têm como principal preocupação a formação dos jovens para o mercado de trabalho, mas não

oferecem uma educação financeira para esses jovens, no sentido que aprendam a aperfeiçoar a aplicação dos salários que recebem.

Ao capitalismo não interessa que os cidadãos comuns aprendam a orientar seus ganhos de forma econômica e, para isso, há um forte processo de propaganda que direciona ao consumo de produtos, que nem sempre são necessários ou de interesse imediato. Para tanto, ao continuarmos a aclarar o tema proposto nesta dissertação fazemos uso da metodologia que envolve levantamento bibliográfico, em periódicos, em produções acadêmicas e em meio eletrônico.

A estrutura do trabalho está assim organizada:

O primeiro capítulo enfoca a Educação Financeira, a Matemática como conceito e linguagem, a legislação como cenário controlador de criação de currículos e projetos político-pedagógicos. Este primeiro capítulo oferece o embasamento teórico ao trabalho.

O segundo capítulo versa sobre as práticas de Educação Financeira que são realizadas por instituições não governamentais e que promovem um diferencial com relação a essa temática.

O terceiro capítulo alinha a proposta do curso de educação financeira como um todo, trazendo introdução, objetivo, metodologia a ser aplicada, cronograma e conteúdo programático, por meio de quadros representativos e sistematizados.

Finalizamos as reflexões sobre o tema tecendo considerações finais sobre a dissertação e, em seguida, apresentamos as Referências Bibliográficas.

CAPITULO I

EDUCAÇÃO FINANCEIRA, ALUNOS ADOLESCENTES, RELAÇÃO TRABALHO-CONSUMO-CONHECIMENTO MATEMÁTICO: BREVE EMBASAMENTO TEÓRICO

Educação Financeira é um conhecimento, cuja existência não fazia muito sentido há alguns anos, quando a economia sofria com choques e mudanças de regras frequentes.

Nos tempos de inflação elevada, a regra era adquirir bens e fazer estoques, ponto.

Com a estabilidade econômica, o conhecimento de finanças pessoais passou a merecer alguma atenção, pois hoje é possível acumular informações nessa área sem que se tornem descartáveis daqui a alguns meses [...] basicamente, um conhecimento que vale a pena acumular.

Gustavo Cerbasi (2009)

Segundo Houaiss (2001) a educação é um conjunto de métodos voltados para a formação e o desenvolvimento do ser humano. É o conhecimento e a observação dos costumes da vida social, da civilidade e da natureza como cenário de aprendizado. Em Stephani (2005) é possível conferir talento a alguém, já que o talento, segundo ele, é uma aquisição; por isso a escola, por intermédio da motivação, pode desenvolver a emancipação. É no processo educativo que consiste o desenvolvimento de atividades e ideias voltadas para o mesmo. A palavra Educação vem do latim *educō* e significa desenvolver-se de dentro para fora.

1.1. Educação Financeira

Para melhor compreender o termo “Financeira”, nos remetemos ao conceito de Finanças que, conforme Houaiss (2001), é a ciência e a atividade do manejo do dinheiro ou de títulos que o representem; conjunto de receitas e despesas. Assim, a Educação Financeira é um processo educativo que por aplicação de métodos próprios, pelos quais as pessoas de diversas idades, níveis sociais, raça ou cor, permite que as pessoas desenvolvam atividades que auxiliem na manipulação do seu dinheiro ou títulos que as representem; são informações e formações importantes para que as pessoas exerçam uma atividade, um trabalho, uma profissão e lazer, tendo acesso ao bem-estar, que faz com que os seres humanos tenham vontade para vencer as dificuldades do dia a dia.

Hábitos de consumo estão sempre presentes nas famílias, sejam elas de posse ou não, apresentando formações de conhecimentos e motivações de estilo de vida diferentes.

Muitas pessoas que nascem em famílias menos abastadas, não contam com formação, nem informações em finanças, geralmente estudam em escolas públicas e, desde muito cedo, trabalham, formalmente ou informalmente. E é com essa remuneração recebida pelo seu trabalho que ajudam no orçamento domiciliar e suprem suas vontades surgidas no dia a dia.

Por outro lado, aqueles que nascem em famílias mais abastadas têm acesso a uma boa formação e informação, mas, como não há a necessidade de trabalhar, não conhecem as dificuldades cotidianas e não dão o devido valor ao dinheiro.

Na verdade, na concepção de Stephani (2005), quando o aluno chega à Escola, ele traz consigo sua história, ou seja, as concepções de sua família, de seu bairro, sua região, bem como as concepções que foram construídas sob a influência da mídia. E, com essas concepções é que o professor desafia o aluno para, por meio do seu conhecimento, produzir suas considerações sobre o assunto. Esta consideração proporciona ao aluno a construção da autonomia para que este analise tudo o que traz até aqui, pois, com isso, conhece novas possibilidades de compreensão, colabora para a melhoria de sua qualidade de vida, sem prejudicar a dos semelhantes que com ele vivem em sociedade.

Para tanto é necessário que se tenha motivação da família e do trabalho, pois quando se faz o que se gosta, faz-se com vontade. Com esta motivação pode-se pensar em uma nova moradia, uma viagem, um automóvel, uma roupa nova, novos conhecimentos; e é neste momento que a educação

financeira se torna necessária, por meio da qual aprende a gastar dentro do orçamento, planeja para que sobre dinheiro no final do mês, e não sobre mês sem dinheiro. Ser educado financeiramente significa saber usar o dinheiro pagando dívidas, investindo e formando patrimônio.

A Educação Financeira tem como objetivo dar as ferramentas para que o aluno insira-se no meio social, atentando-se para a evolução do mundo – na medida em que se observa o crescimento do setor financeiro – tendo como consequência a proliferação de serviços e produtos oferecidos.

Oliveira (2007, p.9) completa:

A Educação Financeira não deve ser confundida com o ensino de técnicas e macetes de bem administrar o dinheiro, não devendo, também, ser confundida com um manual de regras moralistas fáceis.

Os alunos precisam compreender as especificidades de cada uma das ofertas, pois não sabendo utilizar de maneira correta a melhor opção, não utilizará o melhor benefício. Para poder comparar o que é melhor é necessário compreender as características das diversas opções.

Para Almeida (2004), a Matemática Financeira deveria possibilitar ao aluno saber calcular e comparar custos, calcular descontos, saber debater sobre notícias da economia mundial e nacional e propor saídas para problemas financeiros como a falência de uma empresa ou pagamento de uma dívida de seus pais ou conhecidos, possibilitando um melhor gerenciamento de recursos, compreensão das opções financeiras e melhoria no seu bem-estar.

Como vivemos numa sociedade de consumo, educar para esse consumo implica em conscientizar os jovens a associar o trabalho com o consumo. Almeida (2004) aclara que os conteúdos de Educação Financeira no

Ensino Médio contribuem para capacitá-los para entender o mundo em que vivem, tornando-os mais críticos ao assistir a um noticiário, ao ingressar no mundo do trabalho, ao consumir, ao cobrar seus direitos e analisar seus deveres. E, com essa contribuição possam vir a ter uma relação saudável e responsável com o dinheiro, criando uma ética muito clara para ganhar e gastar dinheiro, sendo fundamental para que mais tarde não lamentem que o país seja corrupto e que não existe ética.

Em relação à cidadania, espera-se que o jovem tenha uma formação cidadã crítica, ou seja, uma participação social e política, com exercício de direitos e deveres, posicionando-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações. Que, também, seja um agente transformador, contribua para a melhoria do meio ambiente, se utilize de diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para construir conhecimentos, questione sempre a realidade, adote no dia-a-dia atitudes conscientes, sempre analisando as fontes de informação.

É importante salientar que a compreensão e a tomada de decisões diante de questões políticas e sociais dependem da leitura crítica e interpretações de informações complexas, que incluem dados estatísticos e índices divulgados pelos meios de informação. Assim sendo, para exercer a cidadania é necessário saber calcular, medir, raciocinar, argumentar, tratar informações estatísticas, etc. E, acima de tudo, ter confiança na própria capacidade para enfrentar desafios, aproveitando as questões e situações práticas vinculadas aos temas da realidade, os quais fornecem os contextos que possibilitam explorar, de modo significativo, conceitos e procedimentos matemáticos.

O conhecimento científico compõe-se de ideias, conceitos e princípios que surgiram da necessidade e de problemas com os quais os homens se depararam ao longo da história e, por meio da sua autonomia, encontraram soluções, pelos seus esforços, sua inteligência, dedicação e persistência.

1.2. Alunos Adolescentes

Em se tratando de alunos adolescentes, as significativas mudanças que interferem em seu desenvolvimento físico, emocional e psicológico, repercutem fortemente no comportamento e trazem preocupações relacionadas ao futuro profissional, à vida afetiva e ao relacionamento com outros jovens.

Nascimento (2002, p.50),

A adolescência em geral é descrita como um período de transição do indivíduo, cheio de conflitos gerados no processo de estruturação e afirmação de sua participação na sociedade. Os adolescentes, que vivem a fase das transformações biopsicossociais, estão inseridos em uma sociedade que passa por transformações oriundas do processo de globalização, principalmente da economia, que os exclui e marginaliza na oferta de oportunidade de inclusão social. No entanto, contraditoriamente, o mercado tem direcionado aos jovens sua atenção, por considerá-los importantes consumidores.

Junto a esta instabilidade, medo e insegurança, que caracterizam as reações dos adolescentes diante de situações diversas, intensificam-se a capacidade para questionar, acentua-se a crítica, às vezes sem muita fundamentação, a qual se faz com que coloquem em dúvida certos valores, atitudes e comportamentos, e inclusive a necessidade de determinadas aprendizagens.

Estes fatores são citados por Beraldi (2000, p.36):

Esses fatores atingem não só diretamente o adolescente, mas a família, os amigos, a escola, a sociedade. Sociedade que vive em constante transformação com as inovações tecnológicas, descobertas científicas que possibilitam novas formas de pensamento e ações.

Para resolver os problemas é necessário construir estratégias, desenvolver a capacidade de investigar, argumentar, comprovar, justificar e estimular à criatividade, construir sua autonomia, tendo iniciativa pessoal e trabalho coletivo, utilizando-se de conhecimentos, visando à possibilidade de uma compreensão mais ampla, buscando através desta estabelecer ligações entre a matemática e as situações do cotidiano.

Por outro lado, os instrumentos midiáticos nos mostram um caminho para a educação, como aponta Soffner (2005, p.114):

A ampla adoção de tecnologia nas últimas três décadas trouxe-nos sistemas mais evoluídos para construir, adquirir, armazenar e representar informações. Vemos agora a possibilidade de construir dispositivos que espelhem o comportamento cognitivo humano e permitam novas formas de interações e associação, tal qual desejaram nossos antecessores tecnológicos (...) A riqueza de oportunidades apresentadas pela tecnologia resultou em diferentes metodologias para a sua aplicação dentro das organizações, sejam elas corporativas ou educacionais de forma a incrementar o *valor*. Certamente teremos também que avaliar a importância das tecnologias adaptativas.

Desta forma, podem ser exploradas em salas de aula, por meio de um direcionamento, as causas da diminuição/aumento da oferta/procura de empregos; a previsão do futuro do mercado em função de indicadores atuais, por meio de leitura de artigos e jornais diários; pesquisas dos alunos dentro da escola ou na comunidade, a respeito valores que os jovens de hoje atribuem ao

trabalho versus consumo e a necessidade de conhecimentos matemáticos para analisar e compreender os conceitos da política econômica.

1.3. Relação Trabalho e Consumo

As relações existentes entre os jovens em sociedade podem ser analisadas a partir das relações de trabalho e consumo. Conforme Almeida (2004) deve-se formar o jovem que está no Ensino Médio para a inserção na vida social, com possibilidades de continuidade dos estudos e profissionalização, contribuições para o seu aperfeiçoamento e aprofundamento de conhecimentos, de maneira que este possa planejar o seu futuro.

Contudo, não fica evidente pela frequente afirmação de que todos são igualmente livres tanto para trabalhar e escolher um tipo de trabalho como para consumir. Essa afirmação não considera as desigualdades de acesso ao trabalho, aos bens de consumo e aos serviços, ou a distribuição diferenciada entre as classes sociais. Entre ricos e pobres, homem e mulher, diferentes etnias, moradores do campo e da cidade, indivíduos com baixa e alta escolaridade. Esta desigualdade compromete a democracia e, conseqüentemente, a construção da cidadania.

Os jovens adolescentes vivem na expectativa sobre sua inserção no mundo do trabalho, como também os dilemas diante dos apelos para o consumo dos produtos valorizados por seu grupo etário. Para Cardoso (2007), os jovens se sentem pressionados, pois é hora de escolher uma profissão, lutar por uma vaga no mercado de trabalho, ter o seu automóvel, ser atraente e

sedutor para namorar, mas para isso precisa de muito dinheiro. Contudo, as cobranças sociais são altíssimas, e fazem com que os jovens se endividem, pois busca um estilo de se vestir e de se comportar que expressam quem é ou que gostaria de ser.

Consumir significa gastar, possuir coisas, participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e a forma de como usá-los, tornando-se um momento de conflito, originados pela vontade de comprar o bem e falta de receita para suprir este desejo. O consumo é apresentado como forma e objetivo de vida, pois cria novas necessidades de obter determinado objeto, transformando bens supérfluos em vitais.

Com o propósito de adequar a educação escolar ao mundo do trabalho, à prática social e a formação de cidadãos foi promulgada a LDB 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. Um ano após a promulgação dessa lei são lançados oficialmente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), um conjunto de documentos elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), primeiramente para o Ensino Fundamental, com a intenção de definir um papel diferenciado para a escola, criando objetivos para que os jovens sejam capazes de obter a cidadania, posicionando-se de maneira crítica e responsável em qualquer assunto seja ele de discriminação racial, social, sexo e cultural, meio ambiente ou político, utilizando de linguagens diferenciadas para poder se expressar e questionar a realidade.

Em 1999 foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), visando uma nova organização curricular, onde se propõem um currículo de formação geral, baseado no domínio de competências básicas – capacidade para pesquisar, buscar informações,

analisá-las; capacidade de aprender, criar e formular - e não de acúmulo de informações por meio de memorização, apropriando-se de conhecimentos para o mundo do trabalho e para a prática social. Essa organização curricular foi elaborada por áreas de conhecimento considerando como ponto forte as habilidades e competências e a junção de conteúdos que se comunicam. São três as áreas:

- 1) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.
- 2) Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.
- 3) Ciências Humanas e suas Tecnologias.

De acordo com Brasil (1999, p.19):

A estruturação por área de conhecimento justifica-se por assegurar uma educação de base científica e tecnológica, na qual conceito, aplicação e solução de problemas concretos são combinados com uma revisão dos componentes socioculturais orientados por uma visão epistemológica que concilie humanismo e tecnologia ou humanismo numa sociedade tecnológica.

Em 1998, foi lançado um volume intitulado “Temas Transversais”, que vem dar corpo aos Parâmetros Curriculares Nacionais e indicar, segundo Beraldi (2000, p.97):

A metodologia proposta para a inclusão de assuntos como: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo na organização do currículo, bem como no desenvolvimento dos conteúdos. É o eixo central em torno do qual gira a temática das áreas curriculares. Temas que devem ser trabalhados nas escolas transversalmente aos conteúdos tradicionais.

Os Temas Transversais foram elaborados para que os jovens tenham noção educacional, voltada à compreensão da realidade social, dos direitos e

deveres em relação à vida pessoal e coletiva, e também na participação política.

Dentre os Temas Transversais se destaca para esta pesquisa – Trabalho e Consumo.

O Tema Trabalho e Consumo tem um caráter multidisciplinar e representa uma busca pela análise do trabalho e do consumo, a partir de atitude crítica, das relações sociais nas quais se produzem as necessidades, os desejos e os produtos e serviços. Os assuntos são levados adiante partindo do princípio de que os jovens são livres tanto para escolher um trabalho como para consumir, confrontando com situações do cotidiano, como por exemplo: desejo, ambição, segurança, auto-estima. O dinheiro representa um valor material, o poder, a força, a liberdade, o meio pelo qual os jovens conquistam todo o resto.

Neste Tema, consumir é:

Ter acesso não só aos bens primários de subsistência, mas também usufruir dos desenvolvimentos tecnológicos, dos bens culturais e simbólicos. (...) é ter acesso ao mercado de consumo, aos produtos ou serviços que são oferecidos (...) complexa engrenagem de *fabricação de novas necessidades* (...) criando por um lado o consumo compulsivo, excessivo e acrítico de determinados bens, independente de sua necessidade *real* - o *chamado consumismo*, e por outro a desvalorização e a desvalia social para os que não podem consumir no mesmo nível (Brasil , 1998 B, p.353).

Consumismo é a aquisição de bens sem necessidade. Santos (2005) define consumismo com uma doença psicológica. A necessidade de comprar é tão grande que a compra de objetos desnecessários acontece frequentemente.

Consumir compulsivamente é um distúrbio psicológico chamado de Oneomania, e a cura se dá pela ajuda médica.

É fundamental que os jovens saibam se posicionar diante de determinadas situações, se conscientizando que grande parte que consome é fruto de seu trabalho, embora no momento do impulso, nem pense nesse fato.

Contudo, não ficou evidente o que se pretendia com esta nova proposta e não se criou a base para que as escolas pudessem atuar; por ser um assunto novo e delicado, deveria ter tido uma orientação específica, para que houvesse condições de ser inserida. Não há escolas públicas que trabalham este tema.

E, de acordo com Cardoso (2007), os jovens que estão na escola, representam a geração do consumo, comprovada por uma pesquisa realizada pelo Instituto Akatu, em parceria com a UNESCO (Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas). O grupo entrevistou jovens de 24 países dos cinco continentes e concluiu que os brasileiros são os mais consumistas do mundo, ficando à frente dos franceses, japoneses e até dos norte-americanos.

1.4. Trabalho, Consumo e Conhecimento Matemático

Um quesito importante é a necessidade de calcular quantas horas se deve trabalhar para comprar determinado produto. Após a compreensão desse quesito, ou seja, a comparação do custo da produção de cada um desses produtos como o preço de mercado, é possível compreender que as regras de consumo são regidas por uma política de máximo lucro e diminuição do valor do trabalho.

O conhecimento matemático e os direitos do consumidor estão ligados. São utilizados para analisar a composição e a qualidade do produto na hora da compra que pode ser feito:

- Identificando no rótulo do produto a data de validade, procedência, peso, preço, condições de armazenamento, sempre preferindo embalagens biodegradáveis, limpeza do estabelecimento.

- Avaliando o impacto sobre a saúde, pela análise de situações e das informações.

- Estabelecendo comparações e previsões que contribuam e favoreçam o bem estar pessoal e do meio ambiente.

- Buscando caminhos individuais e coletivos que estabeleçam relações econômicas, sociais e culturais adequadas a uma boa qualidade de vida para todos.

- Fazendo com que o jovem tenha uma mudança de visão sobre a natureza.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), todo cidadão tem direito:

- Ao consumo, ao acesso a bens e serviços básicos, à garantia de que os produtos e serviços não são nocivos à saúde.

- A optar por produtos e serviços de qualidade e preços competitivos, sem pressão por parte do poder econômico e sem ser objeto de exploração de lucro fácil.

- À informação sobre os produtos e serviços para uma decisão consciente.

- À Educação para o consumo que lhe servirá como meio para o exercício consciente de sua cidadania no mercado.

Para bem lidar com estas situações de consumo é preciso habituar-se a analisar as formas de propaganda, que podem ser ou não enganosas e que são usadas como estratégias de marketing como, por exemplo, “compre 3 pague 2” - nem sempre vantajosa, pois podem ser produtos próximos da validade; podem ser produtos que não tiveram boa aceitação no mercado, ou talvez se comprar 2, poderá ficar mais barato. Cabe frisar aqui o conceito de Marketing, segundo Houaiss (2001) que é conjunto de ações, estrategicamente formuladas, que visam influenciar o público quanto à determinada idéia, instituição, marca pessoa, produto, serviço, etc.

Segundo Cardoso (2007), esses jovens são frequentemente abordados por atividades promocionais, cheias de pirotecnia, de fácil manipulação, aproveitando de suas carências. O marketing sabe apelar quando deseja fazer com que o jovem compre cada vez mais.

Com tantas facilidades e incentivos há necessidade que os jovens aprendam a lidar com o dinheiro, com seus gastos, utilização de crédito, criando uma mentalidade adequada e saudável para poupar. Poupar não significa guardar dinheiro, mas, sim deixar de comprar bens que não são necessários ou comprar em quantidades menores. Para que isso aconteça é preciso se capacitar para entender o mercado financeiro, para administrar seu dinheiro com consciência, saber se colocar e agir perante as situações de mercado, num processo de se auto-gerir.

A utilização da Matemática é de grande valia à implantação do curso de Educação Financeira, pois ajuda na construção de um referencial que oriente o conhecimento para a inserção como cidadãos, no mundo do trabalho, bem como no desenvolvimento de metodologias à construção de estratégias, comprovação e justificativa de resultados, criatividade, iniciativa pessoal e autonomia, que resultará na confiança da própria capacidade para enfrentar desafios.

E, diante de argumentações políticas e sociais, conforme o PCN, no volume de Matemática, se faz necessária uma leitura crítica e interpretação de informações complexas, as quais incluem dados estatísticos e índices que são transmitidos pelos meios de comunicação. Para a tomada de decisões é necessário saber raciocinar, argumentar, tratar informações estatisticamente, saber diferenciar modos de vida, valores e crenças.

Completa o PCN de Matemática, que a articulação dos Temas Transversais com a Matemática deve ser ponderada, pois os conteúdos matemáticos fornecem os instrumentos necessários para se ter e organizar as informações, entendê-las e resolvê-las através dos cálculos e produzir argumentos para sua conclusão. Por outro lado, as questões e situações práticas vinculadas aos temas já fornecem os contextos que facilitam explorar conceitos e os procedimentos matemáticos.

Como exemplo, temos o Meio Ambiente que é um dos Temas Transversais. Nele encontramos grande preocupação com a qualidade de vida, a necessidade do respeito e do compromisso com o meio ambiente, mostrando a necessidade de manutenção e conservação da vida no planeta. Pela organização de um trabalho interdisciplinar podemos inserir a Matemática no

estudo das questões sobre poluição, uma delas causadas pelo consumo excessivo de garrafas plásticas, aparelhos celulares, pilhas, etc., desmatamento, desperdício, tomando decisões de como fazer a reciclagem, o reaproveitamento do material, o cálculo de uma área desmatada, sempre com o uso de conceitos matemáticos.

Em se tratando de poluição e desperdício, temos um forte aliado, o consumismo, que se apresenta como forma e objetivo de vida, não levando em conta que grande parte do que consome é produto do trabalho.

Trazemos aqui outro trabalho interdisciplinar, pois o tema Trabalho e a disciplina Matemática estão próximos. Segundo os PCNs (1998), que apresenta os Temas Transversais, o conhecimento matemático é fruto do trabalho humano, e as ideias, conceitos e princípios que hoje são conhecidos como conhecimentos científicos surgiram das necessidades e de problemas com os quais os homens se depararam ao longo da história e para os quais encontraram soluções brilhantes e engenhosas.

Uma sociedade, formada de diferentes grupos sociais que trabalham em ocupação remunerada ou não, exige trabalhadores versáteis, capazes de resolver e interpretar informações, com iniciativa e autonomia para produzir bens. E esses mesmos grupos consomem, de forma diferenciada, bens, produtos e serviços, produzidos por outros grupos.

Os Temas Transversais (1998) vêm aclarar que questões comuns entre trabalho e consumo – envolvendo uma relação entre produtividade e distribuição de bens – não dependem unicamente do acesso à informação, mas, também, de um instrumental matemático que permite analisar e compreender os elementos da política econômica que comanda esse consumo.

Almeida (2004) completa que a abordagem de conteúdos de Matemática Financeira no Ensino Médio pode contribuir com a formação matemática do aluno, capacitando-o para entender o mundo em que vive, tornando-o mais crítico ao assistir a um noticiário, ao ingressar no mundo do trabalho, ao consumir, ao cobrar seus direitos e analisar seus deveres.

E, por meio dos conhecimentos de Matemática Financeira entender que o seu objeto de consumo – tênis, roupas de marca, aparelhos eletrônicos – é fruto de um tempo de trabalho e que o consumo excessivo faz com que haja o endividamento.

Segundo Cardoso (2007), os jovens são manipulados pelo marketing, que tem como ponto de partida a carência dos mesmos. Em outras palavras, sabe fazer com que o jovem compre cada vez mais.

Portanto, a Matemática Financeira auxiliará nos contextos a serem explorados, com o estudo de causas que determinam aumento/diminuição de empregos; pesquisas sobre oferta/procura de emprego; valores que os jovens atribuem ao trabalho; política econômica; investimentos em publicidade em programas de rádio, TV, revistas e outros meios de comunicação; compreensão da noção de renda *per capita*, distribuição de salários pelas camadas de população brasileira; uso de diferentes formas de financiamentos; o quanto custa, a criação incessante de novas necessidades, transformando bens supérfluos em vitais.

Com a proposta de construir este curso, procuramos informações em documentos oficiais, que auxiliasse nesta pesquisa, a procura de alguma referência legal sobre Educação Financeira.

Conforme a Constituição Federal de 1988:

No Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo II – Dos Direitos Sociais

O Artigo. 6º:

- São **direitos sociais a educação**, a saúde, **o trabalho**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

No Título III – Da Organização do Estado

Capítulo II – Da União

O Artigo 22º:

– Compete privativamente à União legislar sobre:
[...] XXIV – Diretrizes e bases da educação nacional.

No Título VIII – Da Ordem Social

Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção I – da Educação

O Artigo 205º:

– **A educação**, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o **exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho**.

O artigo 214º:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I – Erradicação do analfabetismo.

II – Universalização do atendimento escolar.

III – Melhoria da qualidade do ensino.

IV – **Formação para o trabalho**.

V – Promoção humanística, científica e tecnológica do País.
(CF, 1988) (grifo nosso)

Contemplando ainda o artigo 214º vemos no artigo 227º, na LDB nº 9394/96 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13/07/1990) a necessidade reafirmada de uma educação baseada nos preceitos morais e no respeito à cidadania e o direito a continuidade desta educação visando o aprimoramento profissional.

Em outros artigos de Leis e parágrafos constam itens que se preocupam com a cidadania, mas não com a Educação Financeira como, por exemplo, a garantia de padrão de qualidade, o trabalho e as práticas sociais.

Em relação ao Ensino Médio existe uma atenção maior para a preparação básica para o trabalho e à cidadania do educando, buscando condições para adaptações perante às frequentes mudanças. No Ensino Médio, se preocupa, também, com o aprimoramento do educando como ser humano, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, sempre voltado para sua preparação para o trabalho – educação profissional e a cidadania.

Entendemos que, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN e PCNEM) ficou evidenciada a preocupação em se respeitar as diferentes culturas e políticas existentes no país e, em contrapartida, a necessidade de construir um direcionamento no processo educativo. Para que isso pudesse acontecer foi imperativo criar nas escolas um caminho que oferecesse aos jovens, condições de obter conhecimentos necessários para o exercício da cidadania.

Destacamos que o ensino da Matemática pode contribuir para os alunos desenvolverem habilidades relacionadas à representação, compreensão, comunicação, investigação e, também, a contextualização sociocultural, com capacidade para resolver problemas do cotidiano, como: ler faturas de contas de consumo de água, luz e telefone, saber decidir sobre vantagens e desvantagens de uma compra a vista ou a prazo; avaliar o custo do produto em função da quantidade; conferir se estão corretas informações em embalagens de produtos quanto ao volume; calcular impostos e contribuições previdenciárias; avaliar modalidade de juros bancários; rendimentos financeiros.

Ressaltamos que, especificamente, na Proposta Curricular do Estado de São Paulo, em seus conteúdos curriculares também não há nenhum item específico sobre Educação Financeira, mas existe a preocupação com o futuro do educando para a vida em sociedade e que cabe a escolar prepará-lo para tal, expressando o valor e a importância do trabalho. O valor do trabalho incide em toda a vida escolar, desde a valorização dos trabalhadores da escola e da família, até o respeito aos trabalhadores da comunidade.

Reconhecemos que há relações entre a Matemática e outras áreas do conhecimento, pois sua presença existe nos mais variados campos de estudo e da vida humana, como na Física, Química e Biologia, como nas ciências humanas e sociais, na Geografia ou a Economia, ou ainda nos mais diversos setores da sociedade, nos quais temos a junção de setores de produção e de serviços, como por exemplo: da medicina, da agropecuária, no segmento indústria e sistema financeiro, dos transportes, da comunicação, na informação e na moradia. Não esquecendo que esta associação que constitui a tecnologia, é o resultado de várias revoluções industriais.

Infelizmente não há nada de concreto sobre a Educação Financeira – apesar de constar em diversos documentos: - na Constituição Federal (CF); - no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); - na Lei de Diretrizes e Bases (LDB); - nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); - principalmente no Tema Transversal “Trabalho e Consumo”; e na Proposta Curricular do Estado de São Paulo – e , até hoje, não houve a implantação deste assunto na proposta das redes públicas.

No capítulo II apresentamos algumas iniciativas relacionadas à Educação Financeira e desenvolvidas por instituições não governamentais.

CAPÍTULO II

DIFERENTES INICIATIVAS EM PROL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira é um degrau social relevante para o País e para a humanidade. Fazemos a nossa parte de difundir conceitos, princípios, fundamentos e orientações para que mais pessoas possam alcançar, subir e superar os degraus da desigualdade socioeconômica.

E não nos esqueçamos de praticar. Boas práticas em finanças pessoais podem fazer grandes diferenças no futuro financeiro das pessoas.

Álvaro Modernell (2010)

Os investimentos em educação financeira, é perceptível em algumas instituições , principalmente aquelas mais voltadas ao mercado financeiro.

A Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), a Bovespa *Holding S/A*, a BM&FBOVESPA S/A, a Fundação BRADESCO, o IACSEE (Associação Internacional de Educação para a cidadania e Economia Social), o site Educação Financeira e o Colégio Lacordaire, são alguns exemplos de iniciativas consideradas relevantes que deparamos a seguir.

2.1. BM&FBOVESPA S/A (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros)

A Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) foi fundada em 23 de agosto de 1890, por Emilio Pestana e é considerada a entidade de maior iniciativa em educação financeira do País.

A partir de 1965-66, com o início de várias reformas governamentais traçadas para o sistema financeiro inclusive, as bolsas de valores assumiram a característica institucional que mantém até hoje, ou seja, transformaram-se em associações civis sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A figura individual do corretor de fundos públicos foi substituída pela sociedade corretora, empresa constituída sob a forma de sociedade por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada.

Após o ano de 1972 os negócios da BOVESPA passaram a ser registrados eletronicamente, disseminando informações *on line* – ou seja, conectadas diretamente a um computador – e em tempo real.

Em março de 1999, a BOVESPA lançou o sistema *Home Broker*, que permite que investidores possam comprar e/ou vender ações e opções em suas casas pela internet. Cabe ressaltar que o *Broker* é definido pelo dicionário eletrônico Michaelis (2010), como corretor/ agente intermediário *on line* e significa, neste caso específico, um serviço oferecido pela Bolsa e que permite essas operações de compra/venda de ações via internet.

Em 28 de agosto de 2007, a BOVESPA deixou de ser uma instituição sem fins lucrativos e se tornou uma sociedade por ações: a *Bovespa Holding S/A*. Uma *holding* é empresa que detém a posse majoritária de ações de outras empresas, segundo o dicionário Houaiss (2001)

Salientamos que, em 26 de outubro de 1917, empresários paulistas ligados à exportação, ao comércio e à agricultura criaram a Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP). Ao longo dos anos alcançou a tradição na negociação de contratos agropecuários, principalmente com café, boi e algodão.

Em maio de 2008, a BM&F e a BOVESPA *Holding S/A* integraram-se em nova bolsa, a BM&FBOVESPA S/A, que passou a ser denominada “Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros” e, presentemente, é uma das maiores bolsas do mundo em valor de mercado.

Atualmente a BOVESPA e suas Corretoras mantém projetos de Educação Financeira vinculados a um macro projeto de educação para a sociedade brasileira. Um projeto criado com uma linguagem simples e acessível, para divulgar conceitos de educação financeira por meio de palestras e cursos e respeitando-se a faixa etária, com o objetivo de fornecer alguns conhecimentos básicos para que a sociedade administre seu dinheiro

com disciplina, bem como conhecimento de finanças pessoais visando melhorar a qualidade de vida hoje e no futuro.

De acordo com o site da BM&FBOVESPA (2010), foi criado o Projeto Educar, em 2006, com vários cursos e palestras destinados a públicos, com a distribuição gratuita de uma cartilha utilizada como material didático – de fácil entendimento e específico para cada faixa etária. Os cursos e palestras são adequados à compreensão das pessoas, de acordo com as suas necessidades individuais em lidar com os conceitos em finanças:

Os cursos “Junior”, “Teen” e “Mulheres” tem duração de 4 horas e os cursos “Master”, “Família” e “Sênior” têm duração de 6 horas, os quais são ministrados na sede da BOVESPA. As modalidades “Junior”, “Teen” e “Sênior” também podem ser ministradas em instituições, com palestras de duração de 2 horas e com temas diversificados. São agendadas antecipadamente, é oferecida a certificação e são ministradas por profissionais da BOVESPA.

2.2. Fundação BRADESCO

Outro projeto que nos leva a perceber iniciativas particulares de educação financeira é o da Fundação BRADESCO, criada em 1956, pelo fundador do BRADESCO, Amador Aguiar, com o objetivo de proporcionar educação e profissionalização às crianças, jovens e adultos.

Sua primeira escola foi inaugurada em junho de 1962, na Cidade de Deus em Osasco-SP; hoje são 40 escolas em todos os Estados Brasileiros e no Distrito Federal. Essas escolas destacam-se pela qualidade de trabalho e excelente infraestrutura.

O Projeto de Educação Financeira- Projeto Educar – é uma parceria entre a Fundação BRADESCO e a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). Iniciado em 2006 o Projeto trabalha com alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio, com o conteúdo curricular de cada ano previsto nos Referenciais Curriculares da Fundação BRADESCO.

Este projeto educacional, que pode ser visitado no site da instituição, faz uso de diferentes materiais difundidos pela mídia, como jornais, revistas, sites, documentários, filmes, etc. Por meio desses materiais os alunos mostram suas produções pela construção e apresentação de paródias, realização de júri simulado, leitura, reflexão e discussão de textos, criação e exibição de dramatizações, elaboração de dicionário financeiro, análise e debate sobre temas a partir de músicas e filmes, entre outros tantos recursos utilizados. Cabe aqui reforçar que, em algumas unidades escolares da Fundação BRADESCO, a comunidade também é inserida quando da participação familiar.

2.3. IACSEE (Associação Internacional de Educação para a cidadania e Economia Social)

No que tange à implementação de projetos em Educação Financeira de nível internacional chega ao Brasil, em 2006, o programa *The Money Camp* pela empresária Silvia Alambert, diretora executiva da empresa e membro da IACSEE (*International Association for Citizenship Social & Economics Education*) – Associação Internacional de Educação para a cidadania e Economia Social.

O programa foi criado em 2002, nos Estados Unidos da América (EUA), por Elisabeth Donati que promoveu um curso pioneiro de alfabetização financeira para crianças. É encontrado em países como México, Canadá, Singapura, Polônia, Jamaica, Bahamas, Espanha, Reino Unido, Austrália.

Em junho de 2009 abriu-se a possibilidade de obtenção da licença do *The Money Camp* para atuar no Brasil, ou seja, a venda de direitos para aplicação do curso em diferentes regiões.

Os cursos do *The Money Camp* são ministrados para crianças ou adolescentes que não têm oportunidade de receber em sua escola uma orientação sobre Educação Financeira. O programa tem carga horária de 36 horas, divididas em duas aulas semanais, é oferecido em português ou inglês, conforme a demanda e pode ser realizado em diversos espaços como, por exemplo, em acampamentos, escolas e também na própria sede em São Paulo. Para os adultos é oferecida uma programação diferenciada, esporádica, que se dá por meio de palestras.

O objetivo deste programa é ensinar, de maneira lúdica, o valor do dinheiro. Através de jogos e atividades interativas os conteúdos sobre finanças são associados ao real valor do dinheiro, obtendo conhecimentos sobre impostos, juros simples e compostos, cartões de crédito e débito, cheque especial; informações que auxiliam desde a infância, na formação de uma sociedade com hábitos de consumo mais conscientes e responsáveis. Além, de capacitar para lidar com o dinheiro, também desenvolve habilidades, criatividade, liderança e planejamento de vida futura.

O conteúdo desse curso é baseado nos cinco pilares da administração do dinheiro, que são: fazer dinheiro, poupar, investir, gastar e compartilhar.

Com esse conhecimento os alunos podem saber quando estão sendo enganados, não caindo nas armadilhas do crediário, cartões de crédito, cheques especiais e, assim, evitando endividamento futuro.

2.4. Site “Educação Financeira”

A preocupação com os aspectos que envolvem o tratar financeiro em comunidades carentes fez com que a Prof.^a Cássia D’Aquino Filocre, formada em História e pós-graduada em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) , educadora com especialização em Educação Infantil, e também representante do Brasil no *Global Financial Education Program* – Programa de Educação Financeira Global, que é uma iniciativa para o desenvolvimento da educação financeira em países de baixa renda em todo o mundo, cria-se em 1999, o programa de Educação Financeira com caráter multidisciplinar, atendendo crianças e jovens, na faixa etária dos 2 aos 17 anos, para ser aplicado nas escolas públicas e privadas, programa este que se encontra no site <http://www.educaçãofinanceira.com.br/conteúdo>.

O objetivo da criação deste programa foi a preocupação com crianças e jovens do Brasil que não têm orientação financeira em casa e, muito menos, nas escolas, como ocorre nos países desenvolvidos, nos quais esta orientação cabe à família e as escolas reforçam, trazendo como isso consequências na vida do cidadão e do país.

Os conteúdos desse programa, adaptados ao currículo brasileiro, possui os quatro pontos principais da Educação Financeira, que são:

- 1) Como ganhar dinheiro, desenvolvendo o espírito empreendedor e estimulando novos raciocínios.
- 2) Como gastar o dinheiro, capazes de diferenciar o "eu quero" do "eu preciso".
- 3) Como poupar criando disciplina.
- 4) Como doar tempo, talento e dinheiro, ensinando que a responsabilidade social e a ética precisam estar sempre presentes no ganho e uso do dinheiro.

2.5. Colégio Lacordaire

No que tange ao investimento em projetos de educação financeira em currículos integrados para escolas particulares, temos o Colégio Lacordaire, que é pioneiro por implantar o programa de Educação Financeira na grade curricular.

Possui duas unidades situadas nas cidades de Ribeirão Preto e Franca, ambas no interior do Estado de São Paulo, que atendem alunos da Educação Infantil até o Ensino Médio.

O projeto foi implantado em 2008, após um contrato de sublicença para a utilização do programa de educação financeira *The Money Camp* – Brasil, ministrado para alunos a partir do Ensino Fundamental, com o objetivo de prepará-los para os desafios do mundo contemporâneo.

Para o sucesso do projeto houve um envolvimento pessoal da Prof^a Silvia Alambert, diretora executiva do *The Money Camp* no Brasil, na capacitação de cinco multiplicadores, membros do Colégio Lacordaire.

Atualmente o referido Colégio continua trabalhando com a disciplina educação financeira em sua grade curricular, mas com o material didático da Rede Pitágoras.

Os cinco exemplos descritos anteriormente caracterizam-se por serem cursos de instituições particulares , voltados à Educação Financeira para alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, sendo alguns com extensão aos familiares.

Apesar dos programas de Educação Financeira citados atenderem também as escolas publicas por meio de palestras, cursos, ficam enviáveis, pois dependem de agendamento, sorteio ou mesmo de verba para custear o programa .

A proposta apresentada neste trabalho pretende-se um curso para o Ensino Médio de 56 horas/aulas, com 40 horas/aulas presenciais e 16 horas/aulas para visitas a instituições financeiras. Será em horário extracurricular , para alunos na faixa etária 14 a 18 anos, com o objetivo de capacitar esses jovens para gerenciar suas próprias finanças, por meio de consumo consciente, fazendo com que se tornem um multiplicador em suas famílias, comunidades, igrejas.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA PÚBLICA: PROPOSTA DE CURSO EXTRACURRICULAR

O termo protagonismo é formado por duas raízes gregas:

- Proto, que significa *o primeiro, o principal e* agon, que significa *lutam*.

- Agonistes, por sua vez, significa *lutador*. Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal.

Portanto, protagonismo juvenil significa que o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor.

PROJOVEM URBANO (2008, p.152).

Este capítulo apresenta a proposta de um curso, intitulado “Educação Financeira para Jovens” que tem a finalidade de associar noções de economia com conteúdos de Matemática Financeira para o Ensino Médio das escolas públicas de São Paulo. É um curso desenvolvido para oferecer conhecimentos que possibilitem a reflexão sobre a economia cotidiana, qualificando os adolescentes que, atualmente, carecem de maturidade sobre um consumo consciente.

Este curso prevê disciplinas voltadas à cidadania, ao trabalho, à comunicação, à tecnologia e à cultura.

3.1. Objetivos

- Proporcionar formação em Educação Financeira aos jovens por meio de efetiva associação entre:
 - Formação básica para elevação da escolaridade, tendo em vista o aperfeiçoamento para a vida econômica cotidiana.
 - O aprimoramento da reflexão sobre a qualificação profissional tendo em vista os saberes em Educação Financeira para a prática diária.
- Desenvolver no âmbito de uma vida reflexiva sobre suas práticas econômicas a participação cidadã.
- Re-inserção dos jovens no processo da escolarização voltada aos desafios do cotidiano financeiro.
- Capacitar os jovens no gerenciando das próprias finanças e dos familiares, de modo a contribuir para uma vida saudável, através do consumo consciente se preocupando com o meio ambiente.

- Identificação das oportunidades potenciais para reflexões sobre o cuidar financeiro e a capacitação dos jovens para o mundo econômico do trabalho.
- Participação dos jovens em ações coletivas de interesse público por meio do conhecimento dos direitos do consumidor.
- O reconhecimento da inclusão digital como instrumento de inserção para os saberes financeiros.
- Ampliação do acesso dos jovens a cultura da Educação Financeira.

3.2. Público-Alvo – Perfil dos Jovens

Alunos que se encontram na faixa etária entre 14 e 18 anos, matriculados no Ensino Médio de uma escola pública, ou escolas técnicas profissionalizantes, com ou sem vínculo empregatício formal, que atuem em suas comunidades, igrejas, associações de bairros, para que possam ser multiplicadores, incentivando outras pessoas com os seus conhecimentos adquiridos no curso.

Segundo o Projeto Político Pedagógico PROJOVEM URBANO (2008, p.29)

Os jovens se preocupam em obter a certificação do ensino fundamental e aprender uma profissão por acreditarem que estas são condições básicas para sua emancipação e a de suas famílias. E têm perfeita noção de pertencimento comunitário e disponibilidade para ações coletivas e participativas. Finalmente é preciso observar que é difícil a relação desses jovens com o mercado de trabalho. A própria colocação no mercado formal é geralmente precária e de curta duração.

A preocupação dos jovens com a certificação do Ensino Fundamental instiga-os ao desafio de novos parâmetros junto à conquista da série inicial do Ensino Médio. Neste contexto, o jovem se prepara para as reflexões econômicas e precisa de uma Educação Financeira.

3.3. Proposta Pedagógica

O curso de Educação Financeira para Jovens foi idealizado como uma mediação destinada a atender jovens com perfil socioeconômico considerados como público-alvo, que têm necessidade de compreender as relações financeiras e econômicas no seu cotidiano.

O currículo integrado do curso de Educação Financeira para Jovens tem como fundamento o protagonismo dos jovens e, para a cidade, um espaço econômico financeiro educativo, articulando a educação formal, técnica profissionalizante ao mundo do trabalho e da ação comunitária.

Sobre as vantagens de um currículo integrado em um curso de educação financeira devemos ressaltar que a relação com a escola de ensino regular é evidenciada quando os alunos são questionados sobre suas dificuldades de aprendizado, nas disciplinas das áreas de exatas quanto à metodologia tradicional. Almejamos que ao final do curso fazer uma comparação objetivando destacar a dedicação dos professores envolvidos, a forma de ensinar, a facilidade de compreender e o método de ensino integrado com atividades que fazem parte do cotidiano dos envolvidos.

A noção de currículo integrado, segundo o Programa PROJOVEM URBANO (2008), foi refinada ao longo da história da Pedagogia. Numa

perspectiva tradicional, o currículo significa uma lista de conteúdos de um curso. Durante a Escola Nova se referia ao conjunto de experiências vividas pelo aluno, sob a orientação da escola, se reportava aos arranjos coordenados entre objetivos, conteúdos e práticas num contexto tecnicista. Esses significados permanecem no imaginário dos educadores até de forma inconsciente, influenciando suas práticas pedagógicas. Refletindo sobre isso o curso de Educação Financeira traz à baila uma postura reflexiva também para o educador que atuará num cenário dialógico entre o exercício de orientar e aprender.

No entanto, atualmente, compreende-se o currículo não como algo feito, e sim de fazeres ao longo do tempo escolar; consideramos que o currículo é um processo que envolve escolhas, conflitos e acordos num contexto socioeconômico. O resultado desta visão é tratar a realidade financeira num processo efetivado no contexto ensino- aprendizagem. No que tange aos aspectos do conceito de integração compreende-se, neste curso, o significado do inter-relacionamento entre as ideias e a construção de situações concretas.

3.4. Currículo

O currículo do curso de Educação Financeira se organiza num conjunto de tópicos, definidos como básicos, de interesse do aluno pela economia do país e com os conteúdos da matriz curricular, de forma que, cada item do curso interage com cada componente curricular. Assim, esse cruzamento abrange as duas referências, fazendo com que os tópicos do curso de Educação

Financeira e os conteúdos da matriz curricular abordem conhecimentos comuns.

O currículo integrado contém as disciplinas voltadas estritamente à análise de problemas de Educação Financeira no cotidiano e há uma organização em Tempos Didáticos.

3.5. Fundamento dos Tempos Didáticos

Os Tempos Didáticos são organizados a partir de uma análise de alguns projetos realizados por organizações públicas dos quais o projeto PROJOVEM URBANO, que nos pareceu mais próximo da concepção político pedagógico do curso de Educação Financeira aqui proposto.

No Projeto PROJOVEM URBANO (2008, p.64)

[...] diferentes pontos de vista é importante para que o jovem possa de fato construir sua subjetividade e conquistar sua inclusão social no mundo de hoje(...)porém, não implica separar, mas sim distinguir as contribuições de cada disciplina.

No contexto do curso de Educação Financeira, os Tempos Didáticos são vistos como construção dos conhecimentos do aluno por meio de questionamentos e reflexões de situações problemas previamente delineadas, haja vista que seu cotidiano e realidade são multidisciplinares. Portanto, o curso de Educação Financeira contempla conteúdos selecionados em função da realidade do estudante. Desta forma, tais conteúdos tornam-se pontes de inclusão social e abarcam, além dos tempos cognitivos, os tempos procedimentais e atitudinais. Os tempos procedimentais se relacionam ao

conhecimento do saber fazer algo e que se tem domínio, bem como pode ser feito ou aplicado. Os tempos atitudinais se relacionam à observância das atitudes e manifestações dos jovens nas atividades, em sala, no trabalho coletivo.

3.6. Organização dos Tempos Didáticos

Os Tempos Didáticos foram elencados de forma a favorecer o curso de Educação Financeira em sua construção, a partir de elementos que constituem o cenário vivenciado pelo educando. Tais cenários foram determinantes para estabelecer as situações problemas e estão relacionados com os fazeres da vida do aluno, as práticas da sociedade e as reflexões atuais. Os contextos destes cenários envolvem as reflexões sobre as práticas sociais, práticas ambientais, práticas do trabalho e o próprio aluno como contexto e ator.

Os Tempos Didáticos envolvem cinco pilares mostrados no Quadro 1:

I	Educação Financeira e a Cidadania
II	Educação Financeira e o Trabalho
III	Educação Financeira e Cultura
IV	Educação Financeira e Tecnologia
V	Educação Financeira e Comunicação

Quadro 1 – Cinco Pilares dos Tempos Didáticos

Fonte: Projovem, adaptado pela autora (2010)

Esses cinco pilares dos Tempos Didáticos serão trabalhados nesta sequência, preocupando-se com as práticas sociais, ambientais e do trabalho associada ao educando, e especificados um a um nos próximos tópicos.

3.7. Especificação dos Tempos Didáticos

a) I – Educação Financeira e a Cidadania

Este Tempo Didático relaciona o fazer financeiro e o ser cidadão. O aluno como pessoa atuante de um todo social terá condições de relacionar as finanças particulares com o complexo financeiro de sua comunidade, respeitando legislações e meio ambiente.

O Quadro 2 tem o objetivo de demonstrar quais cenários serão abordados neste Tempo Didático e quais situações problemas poderão servir para dar dinâmica aos cenários.

Deve-se levar em conta que tais situações problemas são flexíveis e deverão ser substituídas conforme a necessidade do educando.

Tempo Didático I	Práticas Sociais	Práticas Ambientais	Práticas do Trabalho	Educando
Educação Financeira e a Cidadania	Quais os deveres e direitos do educando?			
	O jovem refleta junto a família as questões morais apreendidas nos grupos que convive socialmente?			
	O aluno reconhece as leis?			
	As fontes de informações disponibilizadas na sociedade disseminam as leis do Consumidor?			
	A comunidade inspira o aluno a refletir sobre ações éticas financeiras?			
	O educando tem acesso a livre comunicação com entidades financeiras instaladas em sua comunidade?			
	De que forma se dá o diálogo entre o jovem e as instituições que atendem financeiramente a comunidade em que ele reside?			
	Qual a função do jovem em relação ao Meio Ambiente?			
	O que é consumo? Qual a diferença de consumo e consumismo?			

	Como analisar as propostas impostas pelo marketing?
	Como educação financeira poderá preparar para as responsabilidades e dificuldades para administrar o salário?
	Saber comparar horas/trabalho e o preço do produto
	Inadimplência, como fazer para não entrar nessa lista?

Quadro 2 – Educação Financeira e a Cidadania

Fonte: Projovem, adaptado pela autora (2010)

b) II – Educação Financeira e o Trabalho

O Tempo Didático Educação Financeira e o Trabalho prepara a interface do mundo do trabalho e o aluno. O cotidiano do aluno, que pertence ao curso de Educação Financeira, está intrinsecamente relacionado ao universo do trabalho e é deste cosmos concreto que o Tempo Didático versará, preparando este estudante para o instrumental prático e burocrático deste cenário. Conforme Nascimento (2002, p.4):

Constatamos que os alunos têm poucas perspectivas de realizar suas expectativas devido à fraca formação escolar recebida, por não estarem preparados adequadamente para disputar vagas no ensino superior público e por participarem da acirrada disputa por um lugar no mundo do trabalho, em conseqüência da redução dos postos de trabalho e das exigências de mais formação escolar do trabalhador.

De acordo com Nascimento (2002), este Tempo Didático reflete sobre a realidade que o educando enfrenta de forma conflitiva entre suas expectativas e as possibilidades que lhes são apresentadas pela sociedade.

O Quadro 3 mantém os mesmos cenários do Tempo Didático anterior, porém, aclara as situações problemas que serão abordadas sobre a dinâmica do Trabalho.

Deve-se levar em conta que tais situações problemas são flexíveis e deverão ser substituídas conforme a necessidade do educando.

Tempo Didático II	Praticas Sociais	Praticas Ambientais	Praticas do Trabalho	Educando
Educação Financeira e o Trabalho				Quais são os cenários possíveis que são ofertados ao jovem aprendiz quando este está a procura de um emprego?
				Quais são as regras estabelecidas socialmente para ser ter vínculo empregatício quando se é jovem aprendiz?
				Estagiar é uma questão de aprendizado financeiro e de conhecimento dos saberes práticos da sua graduação?
				No mundo do trabalho, quais os documentos necessários? Além do salário, quais os benefícios que o trabalho nos oferece? Se faltar um dia ou mais do meu emprego quais as desvantagens?
				Salário, como calcular ?
				Existem regras financeiras para cada função no mundo do trabalho?
				Quais garantias sociais existem no processo de trabalho?
				Como utilizar meu Fundo de Garantia? Posso retirá-lo a qualquer momento?
				A que serve os programas sociais mantidos pelo governo para o mundo do trabalho?
				Qual é o significado concreto do PIS / PASEP e INSS ?
				O recolhimento de impostos também interfere no cálculo financeiro do salário?
				A que preço o jovem troca a sua força do trabalho?
				Por que ser registrado em Carteira de Trabalho é tão caro?
			Existe um sistema financeiro que se beneficia das regras trabalhistas quando o aluno está devidamente registrado?	

Quadro 3 – Educação Financeira e o Trabalho

Fonte: Projovem, adaptado pela autora (2010)

c) III – Educação Financeira e a Cultura

O Tempo Didático de Educação Financeira e Cultura versará sobre a construção coletiva da história das finanças, sua forma de identidade, a produção dos saberes culturais em relação às várias linguagens e instrumentos que instituem regras culturais e costumes.

Este Tempo Didático perpassa pela reformulação ótica dos fatos sociais e econômicos que estão sob a égide governamental de uma sociedade. Os espaços cognitivos para o desenvolvimento de tais especificidades serão cenários das seguintes plataformas: A História de vida do estudante norteando-o ao seu autoconhecimento como sujeito sócio-histórico, por meio do conhecimento de seu tempo e espaço geográfico, permeando suas habilidades de leitura e interpretação de textos.

O Quadro 4 mantém os mesmos cenários do Tempo Didático anterior, porém, aclara as situações problemas que serão abordadas sobre a dinâmica da cultura desta sociedade.

Deve-se levar em conta que tais situações problemas são flexíveis e deverão ser substituídas conforme a necessidade do educando.

Tempo Didático III	Práticas Sociais	Práticas Ambientais	Práticas do Trabalho	Educando
Educação Financeira e a Cultura				Como o jovem percebe o funcionamento da economia do país e outros?
				O que é Sistema Financeiro Nacional e como se dá a relação com o cidadão brasileiro?
				Como surgiu o dinheiro?
				De que forma o dinheiro é instituído no processo de descobrimento e colonização portuguesa no Brasil?
				Como se deu a criação do Sistema Financeiro no Brasil República?
				No processo histórico do nosso país há interação entre a sociedade brasileira e o Sistema Financeiro?
				Qual é a relação entre a escravidão e o Sistema Financeiro na história brasileira?
				Agentes econômicos: quem são eles na comunidade brasileira?
				A economia brasileira é só para o brasileiro? Por quê?
				Os juros aumentaram! O que aconteceu?
				Futuro financeiro: o que fazer?
				Há necessidade de um planejamento financeiro para viver no Brasil?

Quadro 4 – Educação Financeira e a Cultura

Fonte: Projovem, adaptado pela autora (2010)

d) IV – Educação Financeira e Tecnologia

A Educação Financeira e Tecnologia é o Tempo Didático que aborda a sociedade contemporânea, seus fazeres científicos e realizações tecnológicas voltadas para a vida do aluno. Neste espaço cognitivo a produção, o consumo, a circulação de pessoas, mercadorias e capitais são temas para a reflexão no cenário da Globalização e Meio Ambiente.

Na concepção de Soffner (2005, p.26):

As tecnologias colaborativas e de suporte ao incremento intelectual deveriam, necessariamente, contribuir para o desenvolvimento de competências. Os padrões de competências tem se tornado o foco principal de avaliação de

recursos humanos, programas de gestão do conhecimento, treinamento, e mesmo do que se deseja como produto do processo educacional.

Desta forma, compreendemos que o curso de Educação Financeira no Tempo Didático Educação Financeira e Tecnologia contribuirá para a reflexão do aluno na gestão do seu conhecimento sobre finanças.

O Quadro 5 mantém os mesmos cenários do Tempo Didático anterior, porém, aclara as situações problemas que serão abordadas sobre a dinâmica do universo tecnológico desta sociedade.

Deve-se levar em conta que tais situações problemas são flexíveis e deverão ser substituídas conforme a necessidade do educando.

Tempo Didático IV	Praticas Sociais	Praticas Ambientais	Praticas do Trabalho	Educando
Educação Financeira e a Tecnologia	Como seria a vida sem tecnologia?			
	A gestão tecnológica é necessária para a Educação Financeira?			
	Todos têm acesso às informações trazidas pela tecnologia?			
	Como a tecnologia traz novos investimentos nas áreas da química e da bioquímica?			
	O saber tecnológico nos impulsiona para um consumo cotidiano?			
	De que forma a tecnologia interfere na imagem e na aquisição financeira de outras tecnologias no cotidiano?			
	A tecnologia nos trouxe o dinheiro de plástico. Como se dá a aceitação das transformações tecnológicas na atualidade?			
	O excesso de tecnologia é considerado saudável, ou não, para o meio ambiente?			
	Como descartar o objeto que se compra e se perde tão rapidamente?			

Quadro 5 – Educação Financeira e a Tecnologia

Fonte: Projovem , adaptado pela autora (2010)

e) V – Educação Financeira e Comunicação

O Tempo Didático Educação Financeira e Comunicação fará referência à dinâmica midiática e os recursos financeiros que envolvem a relação do aluno com este contexto. O espaço cognitivo referente a este Tempo Didático abordará a inclusão e exclusão ao acesso às informações e à comunicação do cenário financeiro.

O Quadro 6 mantém os mesmos cenários do Tempo Didático anterior, porém, aclara as situações problemas que serão abordadas sobre a dinâmica das varias comunicações do ser humano e suas interferências no contexto comercial levando o aluno a consumir ou não os produtos midiáticos.

Deve-se levar em conta que tais situações problemas são flexíveis e deverão ser substituídas conforme a necessidade do educando.

Tempo Didático V	Praticas Sociais	Praticas Ambientais	Praticas do Trabalho	Educando
Educação Financeira e a Comunicação	O jornal nos traz muitas informações sobre mundo financeiro. Qual a pratica que temos de leitura impressa?			
	A TV desde o século XX nos acompanha economicamente. Qual é a influencia do universo televisivo no nosso cotidiano econômico?			
	O radio como meio de comunicação faz parte desde do século passado como utensílio doméstico, onde vamos , escutamos som de rádio. Como podemos dimensionar o poder de interferência financeira por meio de rádios ?			
	O dialogo pessoal nos traz signos econômicos. De que forma podemos influenciar ou ser influenciado pelo poder da comunicação interpessoal?			
	Os meios midiáticos podem ser utilizados para desenvolver uma Educação Financeira?			

Quadro 6 – Educação Financeira e a Comunicação

Fonte: Projovem , adaptado pela autora (2010)

3.8. Interação Aluno e Comunidade

Sobre a interação aluno e comunidade compreende-se que o mesmo seja multiplicador de seus conhecimentos junto à família, a sua igreja, a sua empresa e seus colegas. Por outro lado, o curso de Educação Financeira instigará o aluno a desenvolver potencialidades e aquisições que resultarão numa ação multiplicadora de seus conhecimentos, numa perspectiva delineadora de construção e reconstrução de significados culturais que interagirão em seu desenvolvimento reflexivo junto à formação de elementos sociais e, culturalmente, transmitidos. O processo articulador da construção subjetiva apontará elementos cognitivos, afetivos, estéticos, lúdicos e sociais, que envolverão uma postura engajadora a sua comunidade.

3.9. A Diversidade Dialógica entre Faixas Etárias

O sentido do diálogo no processo interacionista entre jovens, adultos e a comunidade se dá na perspectiva de se produzir inovações. O conhecimento sobre o fazer financeiro atravessa todas as faixas etárias e, nos dias de hoje, o relacionamento entre o ser e o ter é comprometido por uma formação financeira seja ela boa ou má.

O curso de Educação Financeira compreende a diversidade de informações e a complexidade da construção de linguagem própria para adquirir as informações econômicas. O diálogo entre as diferentes faixas etárias traz, nesse momento, a história sociocultural de uma comunidade e é neste plano que é produzido o diálogo entre pais e filhos, patrões e

empregados, aluno e seu grupo social. É desta diversidade dialógica que cabe aqui engrandecer os aspectos cognitivos do curso.

3.10. Dispor Pedagógico

O dispor pedagógico confere a necessidade de integração de três cenários essenciais para o funcionamento do curso de Educação Financeira. Esses cenários compõem uma estrutura física no qual chamamos de “Espaço”; uma estrutura dimensional (início e fim do curso) que denominamos “Tempo” e apoio material didático que nominamos “Diário Financeiro”.

a) Sobre o Espaço:

O curso de Educação Financeira será ofertado para os alunos que frequentam às escolas públicas estaduais. Como se trata de um curso piloto terá como referência de espaço as salas de aula da Escola Estadual Professor Cyro de Barros Rezende, localizada na cidade de Valinhos / SP, na qual existe laboratório de Informática, biblioteca e recursos midiáticos disponíveis nos tempos de aula.

Sobre o número de alunos ingressantes é necessário enfatizar que o espaço interfere neste aspecto, pois a disposição geográfica de turmas deverá ser mantida. Estão estimadas 5 salas com aproximadamente 30 alunos.

b) Sobre o Tempo:

O curso de Educação Financeira terá a duração de 56 horas/aulas , sendo 40 horas/aulas presenciais, de cinquenta minutos por semana, durante o ano letivo. Estas aulas têm caráter tanto de atividades teóricas como práticas. Haverá 16 horas/aulas complementares no curso, as quais serão destinadas para palestras de instituições financeiras e visitação a cenários destinados à educação financeira pública. Tais horas se justificam pela riqueza de conceitos que integram o espaço cognitivo do curso de Educação Financeira.

c) Sobre o Diário Financeiro:

Serão organizados cinco diários financeiros que representarão de forma teórica as reflexões necessárias para o encadeamento prático do processo de Educação Financeira e tais diários estarão vinculados aos Tempos Didáticos e transpirarão o projeto político pedagógico do curso. Formados com uma linguagem semiótica e utilizando signos culturais serão arquitetados em consonância à faixa etária e aos desejos do jovem aluno.

Sobre a estrutura da matriz curricular do curso esta será tratada de forma estreita à realidade do educando, contemplando o Tempo Didático em Educação Financeira e Cidadania; Tempo Didático em Educação Financeira e Trabalho; Tempo Didático em Educação Financeira e Cultura; Tempo Didático em Educação Financeira e Tecnologia e Tempo Didático em Educação Financeira e Comunicação. E, um sexto Diário Financeiro que tratará das disposições praticas cotidianas extra sala de aula, no qual o aluno construirá suas reflexões e atitudes, frente às realizações financeiras do seus dia a dia.

Tal Diário é a representação do sucesso do curso de Educação Financeira e será o marco avaliativo do educando e do educador.

3.11. Gestão do Curso

Os desafios que se apresentam para a gestão do curso de educação financeira referem-se: - ao público-alvo em potencial; - à credibilidade do curso junto ao órgão gestor público; - à certificação do curso e reconhecimento como atividade complementar de um currículo tradicional, desenvolvidos nas escolas públicas do Estado de São Paulo ; - ao número de matriculados.

Sobre a gestão do curso de Educação Financeira a referência é a coordenação idealizadora do próprio curso, a qual tem a responsabilidade de ofertar reflexões e dados estatísticos, dos procedimentos do curso à direção gestora da escola envolvida como espaço de trabalho pedagógico.

No que tange ao público-alvo em potencial poderão ser abertas matrículas à comunidade, pois se compreende que a escola é um espaço integrador de saberes científicos e socioculturais. No que se refere à credibilidade do curso junto ao órgão gestor estadual se percebe a prática da anuidade de uma experiência didática para que se torne reconhecido como exercício pedagógico integrante e necessário àquela comunidade.

Entendemos que somente com a viabilização do curso teremos os aspectos para a aceitação e credibilidade junto ao órgão gestor público. Sobre a certificação será desenvolvida uma declaração de curso livre, com 40 horas práticas teóricas e 16 horas complementares.

3.12. Parcerias para Fomentos

No que se refere à confecção dos Diários Financeiros serão necessárias parcerias que possam contribuir para a edição dos mesmos. Intencionamos contar com especialistas para revisão dos textos, pedagogos para verificação de linguagem e refino didático-pedagógico.

Sobre a sustentabilidade desta experiência podemos salienta que tal desafio será suprido pela singularidade do curso eminente.

3.13. O Significado de Alunos com Necessidades Especiais no Curso

O curso de Educação Financeira abrangerá alunos matriculados na instituição que iniciará a experiência piloto.

Nesta escola há alunos com necessidades especiais e estes serão abarcados no curso, a partir da assistência de profissionais especializados.

3.14. Sistema de Avaliação

Avaliar nem sempre é mensurar, quantificar saberes e, sim, o registro diário do exercício que mostra o desenvolvimento do aluno de acordo com a proposta pedagógica de ensino do curso.

O curso de Educação Financeira terá como forma de avaliação um processo acumulativo e contínuo de informações de natureza qualitativa e quantitativa sobre a aprendizagem e o conhecimento adquirido, criando formas

diversas de apoio aos jovens com dificuldades na aprendizagem, verificando se os objetivos almejados estão sendo cumpridos.

A avaliação implica no processo ensino-aprendizagem antes, durante e depois e visa contribuir para a real aprendizagem dos jovens, reconstruindo o trabalho pedagógico.

Para que essa avaliação aconteça se faz preciso distintos modos de avaliar, priorizar a qualidade dos saberes avaliativos, favorecer o sucesso e o progresso do educando, envolvendo-o sempre em situações de integração com o processo educacional, uma vez que a avaliação é considerada um ponto reflexivo no processo educativo, criando formas diferenciadas de recuperação e reforço.

O desempenho individual do educando será expresso nos registros feitos em seu Diário Financeiro, como supracitado, e neste se encontrará o conjunto de atividades e questões sobre os Tempos Didáticos desenvolvidos. Num segundo momento serão avaliadas as disposições práticas cotidianas, extra sala de aula, em que o aluno construirá suas reflexões e atitudes frente às suas realizações financeiras diárias. E, num terceiro momento serão avaliadas suas habilidades e competências básicas frente ao tema. Tal conjunto de avaliação é a representação do sucesso do curso de Educação Financeira e será o marco avaliativo do educando e do educador, fazendo com que seja desenvolvido um trabalho pedagógico evitando reprovações.

A retomada de conceitos que envolvem as reflexões sobre os Tempos Didáticos indica que o aluno carece de maior atenção no que se refere aos domínios de saberes, habilidades e competências previstas nos mesmos Tempos Didáticos, trazendo, com isso, a afirmação de autoestima, de

confiança num curso que poderá mudar suas atitudes diárias, junto à família e à comunidade, pois este aprovado será o multiplicador do nosso processo ensino-aprendizagem.

As avaliações poderão ser retomadas a qualquer momento do curso, dependendo da necessidade do aluno em rever situações-problema; são modalidades com funções diferentes, mas todas se completam, se entrelaçam.

Um prévio conhecimento do grupo de estudantes se fará necessário para implementar a avaliação diagnóstica que terá caráter de ajustes didático-metodológicos. Neste contexto, certamente, as avaliações serão de âmbito social e psicopedagógico.

A Avaliação Formativa será aplicada para constatar a formação dos jovens e se dará de forma reflexiva, no que tange aos seus resultados. Está intimamente ligada à avaliação diagnóstica, pois fornece os diferentes ritmos de aprendizagem, das dificuldades e das necessidades de cada aluno no seu dia a dia, propondo ações diferenciadas para a aprendizagem desses educandos.

A Avaliação Somativa tem o caráter acumulativo garantindo resultados positivos, admitindo produtos parciais e finais.

O curso de Educação Financeira permanentemente avaliará a construção do plano de ensino ofertado aos seus alunos, aberto a mudanças e à integração de novos saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar uma proposta de um curso de Educação Financeira a ser aplicado em sala de aula, para discentes que cursam o Ensino Médio em horário extracurricular. A intenção da proposta é abranger todo o cenário das escolas públicas do Estado de São Paulo.

A pesquisa teve caráter de associar noções de economia com conteúdos de Matemática Financeira no Ensino Médio, mostrando distintas possibilidades de melhorar as condições relativas de gastos, poupança e utilização de crédito, usando a disciplina Matemática para subsidiar a interpretação de fatos para obtenção de dados, aplicação e desenvolvimento de fórmulas matemáticas. E com isso, promover o entendimento das relações fundamentais de economia e política para que os alunos possam bem administrar suas vidas e seu dia a dia.

A principal finalidade deste trabalho foi de incluir o curso de Educação Financeira na escola e contribuir para que os jovens de hoje tenham condições de administrar seus conhecimentos para uma vida saudável.

Conforme os autores citados, a Matemática Financeira deve ser incluída no cenário curricular das escolas, para que esta seja um instrumental de relevância para as reflexões do cotidiano do futuro trabalhador.

A família também é outro ponto determinante como fonte de aprendizagem no que tange aos fazeres financeiros e à gestão econômica do estudante. Consideramos que o aprender financeiro, na concepção de alguns autores, está relacionado ao viver histórias positivas ou negativas dentro do seio familiar e a escola tem pouca participação neste aspecto, mesmo tratando nas aulas de Matemática as concepções quantitativas do universo racional.

Por outro lado, outros autores defendem a autonomia financeira do estudante, por meio da postura desafiante do professor ao tratar certos aspectos do seu cotidiano.

No que tange às questões relacionadas a Trabalho, Ganho e Consumo, observamos nos autores que estes defendem o ensino financeiro para adolescentes em fase de escolaridade, pois tornam-se mais críticos perante à sociedade, aos meios midiáticos, mais responsáveis frente aos seus direitos e deveres e à gestão ética de seus valores conquistados por meio do trabalho. Assim, constrói-se como um agente transformador, confiante e participativo para a melhoria do meio em que vive.

Sobre o saber tecnológico e científico percebemos que neste século tais saberes são fontes rápidas de construções concretas e que o processo econômico-financeiro perpassa com a mesma rapidez entre níveis diferentes de cognição. Alguns autores defendem que o processo de transformação tecnológico-científico traz significativas mudanças no desenvolvimento dos jovens e em seus comportamentos frente à máquina financeira.

Sobre as medidas e legislações que tangem à Educação e às Práticas de Consumo (direitos e deveres, código civil, etc.) podemos considerar que pouco é tratado sobre a necessidade de ensinar e refletir sobre os aspectos financeiros que envolvem o cotidiano das comunidades deste país, que nas escolas públicas que estão sob a égide dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). O estudante não é exposto às questões sobre uma Educação Financeira, que pouco se vê, mesmo no contexto que concerne à Cidadania e ao Trabalho um dispor didático sobre a economia e gestão financeira.

Com relação às iniciativas particulares sobre Educação Financeira observamos que há uma expectativa positiva que vem crescendo no decorrer dos anos. Tais iniciativas utilizam vários meios de comunicação e trazem para a população de forma simplificada o *modus operandi* de como tratar os aspectos financeiros.

Observamos, igualmente, que tais disposições que envolvem um fazer em educação estão relacionadas à preocupação em como equilibrar as tecnologias, o saber econômico junto às comunidades, visando a sustentabilidade de negócios e da máquina micro/macro financeira.

Sobre o curso de Educação Financeira, exposto nesta pesquisa como proposta, consideramos que seja, talvez, uma tentativa de equalizar, de forma democrática, as necessidades de um saber financeiro junto aos estudantes que pertencem às escolas públicas .

Pensar em edificar um curso que tratasse sobre como trabalhar com o “dinheiro” foi o objetivo inicial, porém, ao aclarar os aspectos que envolvem o aprender sobre o funcionamento da economia e o sistema financeiro e suas reverberações no cotidiano de cada estudante visando a construção de um cidadão consciente e autônomo, mereceu maior atenção.

Um curso útil, importante para o conhecimento básico e para realização dos sonhos. Todos aqueles que não aprendem a administrar sua vida financeira pessoal enfrentam grandes dificuldades, que só é percebida quando se tornam adultos e assumem a responsabilidade de controlar seu dinheiro, contribuindo para que se tornem cidadãos conscientes, pois o futuro do país esta presente na educação que nossos jovens recebem hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriana Correa. **Trabalhando Matemática Financeira em uma sala de aula do ensino médio da escola pública**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2004.

BERALDI, J. C. **Projeto Pedagógico Puberdade**: mesmos caminhos, novos andares para a adolescência. Dissertação (Mestrado). Educação. Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana: UNISAL, 2000.

BOVESPA. **Projeto Educar**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br>. Acesso em 18 ago 2008.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 16 de julho de 1990, e retificada em 27 de setembro de 1990.

_____. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática/** Secretaria da Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998A.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação do temas transversais/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998B.

_____. **Ensino Médio**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais + Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.

CARDOSO, Marília. **Você sabe lidar com o dinheiro**. São Paulo: Artemeios, 2007.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. São Paulo: Elsevier, 2009.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FILOCRE, Cássia D'Aquino. **O programa nas Escolas Públicas**. Disponível em: <http://www.educaçãofinanceira.com.br/conteúdo>. Acesso em 03 set 2009.

MELLO, Olga de. **Disciplina Financeira é bom assunto para crianças**. Jornal Valor Econômico. Rio de Janeiro, maio, 2008.

MODERNELL, Álvaro. **Educação financeira como degrau social**. Disponível em <http://www.controlefinanceiropessoal.com.br> Acesso em 20 set 2010

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. **Expectativas Educacionais e Ocupacionais no Contexto do Capitalismo Contemporâneo: Um estudo com alunos do Ensino Médio Público**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas: PUCCAMP, 2002.

OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). *OECD's Financial Education Project*. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <http://www.oecd.org/> . Acesso em: março 2006.

OLIVEIRA, Roger Samuel Onofrillo. **Educação Financeira em sala de aula na perspectiva da etnomatemática**. Graduação em Pedagogia. Faculdade de Ciências. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Bauru, SP, 2007.

PROJOVEM URBANO. Projeto Pedagógico Integrado. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2008.

PROJOVEM URBANO. Manual do Educador: Orientações Gerais. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano, 2009.

SANTOS, Giovana Lavinia da Cunha; SANTOS, Cesar Sátiro dos. **Rico ou pobre: uma questão de educação**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

SÃO PAULO. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Matemática/** Coord. Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008.

SILVA, Adriana Vera e. **Dinheiro Aplicado em classe rende muito**. Revista Nova Escola, São Paulo, p.36-39, set.1999.

SIMONET, Gérard. **A mesada**. Trad. De Monica Stahel. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

SOFFNER, Renato Kraide. **As Tecnologias da Inteligência e a Educação como Desenvolvimento Humano.** Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2005

STEPHANI, Marcos. **Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS: PUCRS, 2005.